

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 17/XIII/ 4.ª SL

Em 3 de janeiro de 2019, pelas 14 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Informações;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
3. **Nomeação de relator para emissão de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017;**
4. **Distribuição de iniciativas europeias;**
5. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 167/XIII/4.ª (GOV) – Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;**
Relatora: Deputado Sara Madruga da Costa (PSD);
 - **Proposta de Lei n.º 168/XIII/4.ª (GOV) - Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária;**
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
 - **Proposta de Lei n.º 169/XIII/4.ª (GOV) – Reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/800;**
Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD)
 - **Projeto de Lei n.º 1028/XIII/4.ª (CDS-PP) – Quinta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário): adita a competência do tribunal da Propriedade Intelectual;**
Relator - Deputado Fernando Anastácio (PS);
6. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 115/XIII/3.ª (GOV) - Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo;**
 - **Proposta de Lei n.º 139/XIII/3.ª (GOV) - Altera a Lei de Combate ao Terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) 2017/541;**
7. **Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto que procede à**

"Vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017" [Proposta de Lei n.º 143/XIII/3.ª (GOV)];
8. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
 - **Petições n.ºs 569/XIII/4.ª - Solicita a adoção de medidas com vista a garantir o acesso às Forças Armadas e Policiais, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos; e,**
 - **Petição n.º 572/XIII/4.ª - Solicitam a criação de grupo de trabalho multidisciplinar, com o objetivo de rever o Regime Jurídico das Armas e suas Munições (RJAM)**
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Apreciação e votação das atas n.ºs 13/XIII/4.ª a 16/XIII/4.ª (correspondentes às reuniões de 5 a 19 de dezembro de 2018);**
11. **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 17/XIII/ 4.^a SL

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, informou que a audição da Ministra da Justiça, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP na sequência dos distúrbios ocorridos no Estabelecimento Prisional de Lisboa, e de Custoias, foi agendada para o dia 9 de janeiro, pelas 11 horas. A audição regimental do Senhor Ministro da Administração Interna encontrava-se confirmada para o próximo dia 8 de janeiro, à qual se seguiria como ponto autónomo a audição do senhor Ministro requerida pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sobre o dispositivo policial na paralisação dos estivadores do porto de Setúbal.

No ponto dois da ordem de trabalhos, os senhores Deputados entenderam que o P/JL 1050/XIII/4.^a (BE) – *Legaliza a canábis para uso pessoal*, distribuído à 9.^a Comissão (Comissão da Saúde) em conexão com a 1.^a Comissão, não continha matéria da competência específica da comissão que justificasse a sua pronúncia.

Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) designado Relator da Conta Geral do Estado de 2017.

No quarto ponto da ordem do dia, foi a Senhora Deputada Relatora Sandra Pereira (PSD) designada relatora da iniciativa europeia COM (2018) 901 – Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança.

No quinto ponto da ordem de trabalhos a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) apresentou os seus pareceres sobre as Propostas de Lei n.ºs 167/XIII/4.^a (GOV) – *Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais* e 168/XIII/4.^a (GOV) - *Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária*, tendo o senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) agradecido a sua apresentação e sugerido que a discussão das duas iniciativas fosse igualmente feita em conjunto, sendo que ambas já se encontravam agendadas para discussão e votação na generalidade na reunião plenária do dia 9 de janeiro. Submetidos a votação, forma os dois pareceres, nas suas partes I e III, aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 17/XIII/ 4.^a SL

Em seguida, a Senhora Deputada Emília Cerqueira fez a apresentação do seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 169/XIII/4.^a (GOV) – *Reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/800*, iniciativa que também já se encontrava agendada para discussão e votação na generalidade para a reunião plenária do dia 9 de janeiro. O Senhor Presidente cumprimentou a Senhora Deputada Relatora pelo parecer, o qual, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade nas suas partes I e III, na ausência do PEV.

Finalmente, o Senhor Deputado Relator Fernando Anastácio (PS) fez a apresentação do seu parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1028/XIII/4.^a (CDS-PP) – Quinta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário: adita a competência do tribunal da Propriedade Intelectual.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade nas suas partes I e III, na ausência do PEV.

A solicitação dos Grupos Parlamentares foi adiada a discussão e votação na especialidade das Propostas de Lei n.ºs 115/XIII e 139/XIII, previstas no ponto 6 da ordem de trabalhos.

No sétimo ponto da ordem do dia, foi apreciada a proposta de redação final da [Proposta de Lei n.º 143/XIII \(GOV\)](#) - *Altera a Lei de Combate à Droga, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103*, bem como a proposta de alteração de redação ao artigo 6.º (norma revogatória) apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, na sequência das dúvidas anteriormente suscitadas pelo Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), relativamente ao risco de a tipificação de infrações “*constantes de outros diplomas legais*” (cujo elenco se desconhece) ficar esvaziada com a revogação proposta no artigo e após as mesmas terem sido devidamente esclarecidas pelo Senhora Ministra da Justiça.

Usou da palavra o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), para agradecer a pertinência da observação e avançar que o seu Grupo Parlamentar iria votar favoravelmente a proposta de alteração de redação ao artigo 6.º apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 17/XIII/ 4.^a SL

Submetidas a votação a proposta de redação final (Informação n.º 251/DAPLEN/2018, de 18 de dezembro), bem como a proposta de alteração de redação ao artigo 6.º apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV e assim fixada a redação final da Proposta de Lei n.º 143/XIII/3.^a (GOV).

Passou-se ao ponto seguinte, tendo as Petições n.ºs 569/XIII/4.^a - *Solicita a adoção de medidas com vista a garantir o acesso às Forças Armadas e Policiais, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos* e 572/XIII/4.^a - *Solicitam a criação de grupo de trabalho multidisciplinar, com o objetivo de rever o Regime Jurídico das Armas e suas Munições (RJAM)* sido admitidas. Foi deliberado convolar a nota de admissibilidade da petição n.º 569/XIII/4.^a em relatório final, e o Senhor Deputado António Gameiro (PS) foi nomeado Relator da Petição n.º 572/XIII/4.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, o Senhor Presidente submeteu a votação as atas n.ºs 13/XIII74.^a a 16/XIII74.^a, correspondentes às reuniões de 5 a 19 de dezembro de 2018, as quais foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim entrou-se no ponto 11 da ordem do dia, dedicado a outros assuntos. Usou da palavra a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), para propor a constituição de um Grupo de Trabalho com o objetivo de apreciar todas as matérias pendentes em Comissão relacionadas com o Regime jurídico das armas e suas munições (RJAM), desde iniciativas legislativas a petições, ideia que foi secundada pelos restantes Grupos Parlamentares presentes.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) foi designado coordenador do Grupo de Trabalho, tendo os respetivos grupos parlamentares indicados os seguintes senhores Deputados como seus membros: Andreia Neto (PSD), António Filipe (PCP), José Manuel Pureza (BE) e Telmo Correia e Vânia Dias da Silva (CDS- PP).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 17/XIII/ 4.ª SL

Palácio de São Bento, 3 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 17/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Vânia Dias da Silva
Carla Sousa
Fernando Rocha Andrade

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Telmo Correia
Teresa Morais

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: